

COORDINADORA DA MOCIDADE SOCIALISTA

PROPOSTA POLÍTICA

*Que tremam as classes dominantes ante umha revoluçom comunista.
Os proletários nom temhem nada que perder agás as suas cadeias.
E temhem um mundo inteiro que ganhar.*

ÍNDICE

1.

A NOSSA ÉPOCA

2. 3.

BASES ESTRATÉGICAS E
PRINCÍPIOS POLÍTICOS

12

BASES TÁTICAS

18





1. A NOSSA ÉPOCA

O CAPITALISMO É UM MODO DE PRODUÇÃO onde o trabalho social é realizado de forma privada e independente. A sua célula económica básica e eixo vertebrador é a mercadoria, sendo a força de trabalho a central para a sua reprodução. Para dispor da força de trabalho de jeito permanente, o capital necessita despossuir constantemente ao proletariado com respeito dos meios de produção.

O capitalismo é, ao tempo, uma força progressiva e de destruição da humanidade. Este sistema cumpriu o rol progressivo de dissolver as sociedades fundadas nos vínculos de dependência pessoal, socializar o trabalho coletivo à escala mundial e desenvolver as forças produtivas do trabalho e a riqueza material da sociedade. Porém, segue uma lógica contraditória que cria forças destrutivas nunca vistas até agora, como som as guerras mundiais, a crise ecológica ou o crescimento sem precedente das povoações excedentes. Todos estes limites que o capital impom sob às suas próprias relações evidenciam a crescente obsolescência deste modo de produção histórico.

Através do desenvolvimento da sua principal força produtiva, o proletariado, o capitalismo engendrou o seu próprio sepultureiro. Ainda que geradas pelo atual modelo produtivo, as bases para a liberdade e a emancipação universal da humanidade batem constantemente com a forma capitalista que tenham que adotar. Na atualidade, o avanço da acumulação através do desenvolvimento tecnológico e do desenvolvimento da consciência científica de certos sectores do proletariado, foi a expulsar importantes contingentes do proletariado dos espaços de produção imediatos, convertendo a maior parte da povoação em proletariado sobrando. Pela sua parte, as classes médias afundam no seu processo de proletarização e a burguesia fica relegada a uma minoria parasitária. Assim, a contradição da sociedade na que o proletariado terá que despregar a sua atividade política está cada vez mais agudizada.

O capitalismo existe baixo a forma de ciclos. Neles, alternasse momentos de alça e momentos de crise. Hoje, atravessamos o desenvolvimento de uma das crises mais agudas da história do modo de produção capitalista, uma crise de superprodução que coincide com o declive do bloco capitalista hegemónico –os Estados Unidos da América– e com o esgotamento da base técnica e industrial sob a qual se baseou o anterior ciclo de acumulação. Esta tendência deu lugar a uma intensificação da exploração das duas fontes de riqueza social e material das que o capital dispom: a classe trabalhadora mundial e a Terra, respetivamente.

A particularidade da crise capitalista em desenvolvimento tem como expressom o recrudescimento da concorrência entre diferentes capitalistas, os seus estados e os seus blocos geopolíticos. Isto toma a forma do nacionalismo económico protecionista e tarifário, o agravamento das tensões geopolíticas e a crescente ameaça de uma guerra geral entre as principais potências capitalistas –China e os EUA. A guerra entre potências capitalistas tem como fundo a guerra interna contra o proletariado. As expressões políticas deste fenómeno som a virada autoritária dos estados e a vaga reaccionária, que atravessa todas as esferas e instâncias da sociedade.

Esta ofensiva capitalista se traduz num crescente empobrecimento em todas as dimensões da vida do proletariado, assim como no esgotamento progressivo dos recursos planetários, que estão a dar origem a uma crise ecológica com potencial para extinguir ao conjunto da humanidade.

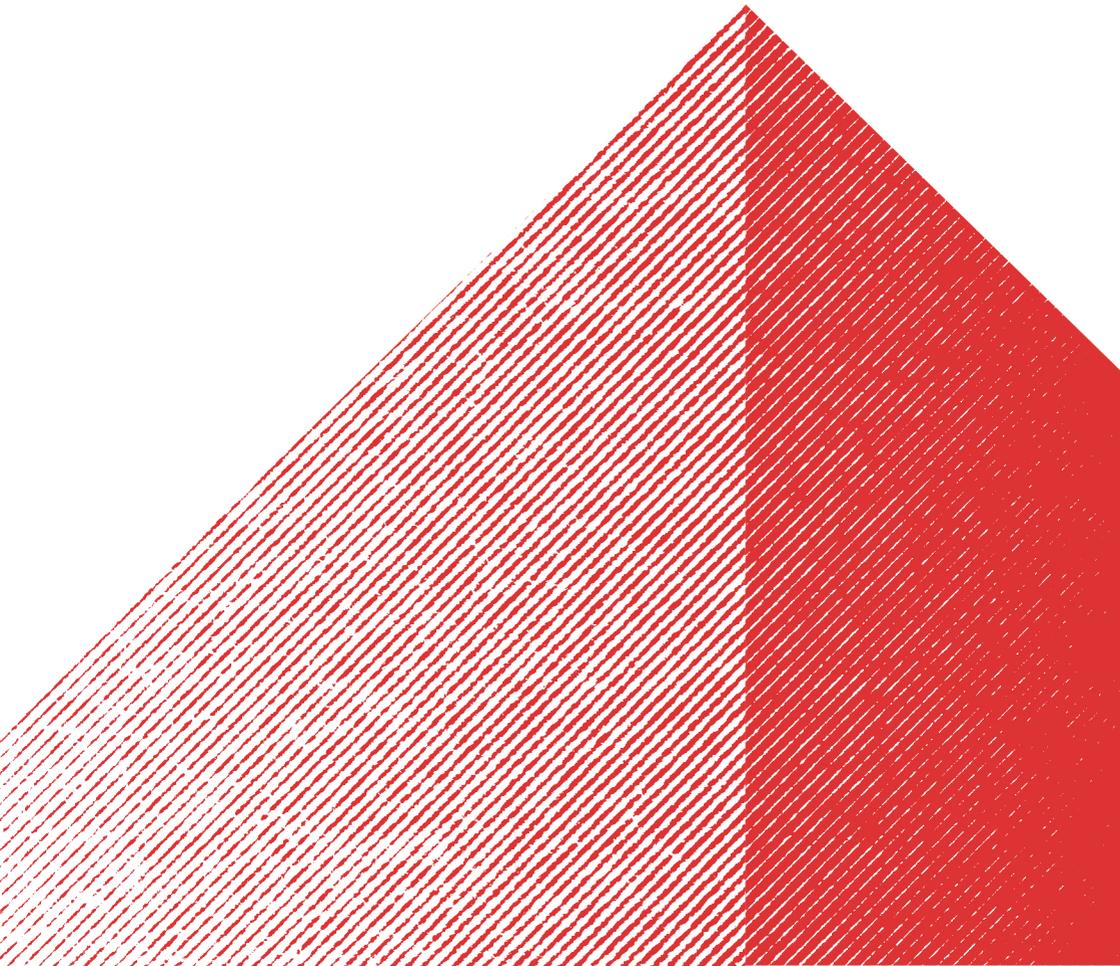
Nesta conjuntura, as forças políticas da emancipação estão desmanteladas. Há anos que assistimos ao encerramento e consolidação da derrota histórica do processo revolucionário iniciado na Rússia em outubro de 1917. Após esta derrota, o comunismo atópase num estado de repregamento. As organizações políticas que evocam a tradição socialista dividem-se entre a lealdade oportunista ao estado capitalista, em seitarismos confessionais sem relevância social e o espontaneísmo movimentista, carente dumha direção estratégica rumo ao socialismo.

O atual estado da luta de classes é caracterizado pela dependência política do proletariado. No atual estado de repregamento político, a classe trabalhadora, vê a sua luta limitada aos interesses que partilha com as classes médias. No presente, a social-democracia aparece como a forma política desta dependência, garantindo a união programática e conciliação entre distintas classes.

Na Galiza, o referido processo toma forma na hegemonia do nacionalismo social-democrata, que concilia os interesses das diferentes classes sob a união nacional das mesmas. Esta hegemonia expressa-se na redução dos conflitos da luta de classes aos limites do estado capitalista. Este processo de mitigação permite ao projeto social-democrata erigir-se como representante de amplos sectores “progressistas”. Em consequência, os interesses últimos do proletariado galego ficam mutilados e subordinados aos interesses das classes médias e da burguesia galega.

2. BASES ESTRATÉGICAS E PRINCÍPIOS POLÍTICOS





O PROLETARIADO E A LUITA DE CLASSES 2.1

O PROLETARIADO É A CLASSE DO CONJUNTO DAS DESPOSSUÍDAS de meios de produção, entendido este como as diferentes personificações da força de trabalho e do obreiro coletivo. Pela sua posição com respeito aos meios de produção, é o proletariado que tem o interesse objetivo de rematar com a propriedade privada e o modo de produção nela sustentado, o capitalismo. Este feito converte o proletariado no chamado a completar, através da sua própria liberação, a liberação da humanidade no seu conjunto. A emancipação do proletariado coincide coa emancipação universal da humanidade, que atopa a sua realização no socialismo. O proletariado é, polo tanto, o sujeito revolucionário.

Pela sua parte, as classes médias conformam um sector politicamente heterogéneo e ideologicamente instável. Estas tendem a identificar-se com os interesses que têm em comum com a burguesia, conformando as bases das suas distintas apostas políticas. Com todo, a sua ampla dependência faz que estas oscilem entre a integração e a ruptura política segundo o estado do ciclo de acumulação. Para as classes medias, as crises supõem, tanto no plano económico como político, momentos de progressiva descomposição. Este feito converte-as num campo político em disputa no interior da luta de classes. Noutras palavras, a posição das classes médias depende da correlação de forças entre o projeto político burguês e o projeto político da classe trabalhadora. Isto implica que o proletariado deve construir a sua hegemonia também sobre esta, alinhado-a com os seus interesses históricos.

Esta missão histórica deve ser levada a termo pela própria classe, é dizer, a emancipación do proletariado deve ser obra do proletariado mesmo. Polo tanto, a unificação do proletariado como agente político é necessária para a superação da sociedade capitalista. A emancipação da humanidade nom pode vir da mão de um pequeno grupo isolado da classe trabalhadora que conte com interesses diferenciados e contrapostos a mesma, senom que esta requer de levar a último termo os interesses históricos da maioria proletária.

Para isto, o proletariado necessita obrar politicamente sob a sociedade como ator unificado. A consolidação deste principio supom a conformação de um partido próprio que avance no processo de fusom do socialismo com o movimento operário e faça dos seus interesses um programa político encaminhado a acabar com a sociedade de classes. Dito partido político próprio deve ser distinto e oposto a todos os velhos partidos da burguesia e converter-se no representante político dos interesses da maioria despossuída. Assim, o partido consolida o principio da independência política e erradica a sua subordinação frente as distintas faces do partido da burguesia.

Nesta linha, o objetivo estratégico que assume a fase do movimento socialista na que hoje nos encontramos é a recomposição do proletariado como sujeito político. Noutras palavras, o que encaramos na atualidade é a reconstrução do Partido Comunista, compreendido este como o resultado organizado dum processo de unificação política do proletariado em torno ao programa comunista, assim como da expanssion da consciência revolucionaria entre amplas fileiras da classe trabalhadora. A possibilidade de lograr um avance no processo de fusom do socialismo co movimento operário, de jeito que os interesses últimos da classe

trabalhadora apareçam ligados com aqueles mais imediatos, reside nesta tarefa. É por isto que todos os meios táticos do presente devem encaminhar-se ao seu cumprimento.

Em síntese, o objetivo atual é consagrar a independência política do proletariado para que este possa levar a termo a sua missão histórica – a revolução. A superação do obsoleto sistema capitalista depende deste processo de recomposição política da classe trabalhadora. Sem contar com a sua força política própria, o proletariado não poderá fazer dos momentos de crise revolucionária momentos para a tomada do poder, e continuará sendo um agente passivo no curso da história.

2.2 O PARTIDO COMUNISTA

O PARTIDO DO PROLETARIADO É O PARTIDO COMUNISTA. Este define-se sob as seguintes características:

- **A independência política de classe frente ao estado capitalista e ao conjunto dos diferentes partidos da ordem burguesa.** Isto inclui o bloco histórico das classes médias, constituído pelas representações ideológicas da pequena burguesia e os interesses corporativos e unilaterais dos sectores com melhor posição entre a classe trabalhadora – a aristocracia operária.

- **A consciência socialista.** Longe da reprodução de uma doutrina fechada ou da adesão a esquematismos ideológicos aplicados de jeito mecânico e externo à realidade social, a consciência socialista supõe o esforço coletivo e organizativo acometido para conhecer cientificamente a sociedade na que existimos. Posto que constitui o fundamento da nossa ação política, a consciência socialista não é senão uma guia para a prática, achegando-nos as chaves para definir e afrontar os objetivos do proletariado, assim como para reconhecer e ensaiar os meios necessários para o seu cumprimento.

- **O programa comunista.** O programa comunista analisa de jeito científico a sociedade capitalista e projeta uma alternativa concreta à ordem burguesa existente. Este programa vincula os meios e fins da ação política revolucionária desde o presente até a consecução da sociedade comunista, e atua como o eixo sob o qual basear a pertença e adesão a um projeto político organizado.

- **O carácter de massas, hegemónico e de vanguarda.** Frente ao vanguardismo elitista das minorias conspirativas, a revolução só poderá ser levada a termo pela maioria social proletária. Portanto, o partido comunista deverá ter um carácter de massas e atuar como o partido de amplos sectores do proletariado. Máis isto, partido e movimento não são equivalentes. Ambos constituem expressões diferenciadas da luta de classes do proletariado. O comunismo, pela sua consciência e determinação, deve formar dentro do movimento social do proletariado aquele sector mais avançado. Como tal, deve aspirar a hegemónizar e fundir de

forma paciente a consciência socialista com este movimento para a consecução dos fins revolucionários.

- **O carácter internacional e internacionalista.** Pela sua própria essência mundial, a superação do capital só pode tomar uma dimensão internacional. O internacionalismo, imposto pelas condições sociais, exige a maior união fraternal do conjunto do proletariado mundial, baixo um mesmo partido e programa. Noutras palavras, o proletariado só pode existir como classe política de facto como classe internacional. Um partido que se organize em uma escala inferior à que se organiza politicamente a burguesia consagra a sua dependência com respeito à mesma. No plano mais concreto, e atendendo aos processos de centralização do poder burguês na atualidade, o partido deve organizar-se a escala europeia, com o objetivo de confrontar com a efetividade a burguesia e trabalhar pela expansão internacional do socialismo.

- **O centralismo democrático.** O centralismo democrático constitui a base do funcionamento do partido comunista. Por um lado, garante a unidade de ação, assegurando a assunção da vontade maioritária da organização por parte das suas minorias. Por outro, blinda a liberdade de crítica, mediante a qual as diferentes correntes de opinião têm a possibilidade de converter-se em maioria pela via democrática. Em oposição ao mesmo, o centralismo burocrático reproduzido pelas medidas políticas constitui uma forma de ditadura unipessoal, e resulta incompatível com os princípios democráticos do marxismo revolucionário. De modo semelhante, a horizontalidade pura demonstra-se incapaz de garantir os meios de fiscalização e controlo da autoridade, e remata por legitimar as direções secretas e os poderes informais que se estabelecem de modo natural curso da sua atividade.

O ESTADO-COMUNA 2.3

PARA INTRODUIZIR O SOCIALISMO, o partido comunista deve conquistar o poder político, empregando para tal propósito todos os meios ao seu alcance. De acordo com este princípio, rejeitamos tanto a subordinação unilateral do partido à ação parlamentar –a aposta do cretinismo parlamentar– como a subordinação unilateral da ação política à luta económica –a aposta pelo trade-unionismo. Para estar em disposição de tomar o poder político, o partido comunista tem que ganhar à maioria social proletária a escala continental mediante a educação paciente e a expansão da consciência socialista.

A conquista do poder político exige a destruição da forma capitalista do estado e a criação de um estado-comuna que situe ao proletariado como classe dirigente. De modo nenhum pretendemos gerir o estado capitalista: a frente do mesmo, o partido converte-se em executor das políticas burguesas e começa a operar um traidor ante os interesses históricos do proletariado. O sacrifício do horizonte revolucionário em troca da gestão “progressista” do estado capitalista corresponde ao oportunismo, nas suas diferentes expressões, bem com a entrada em minoria nos governos capitalistas –o ministerialismo– bem com a conformação em maioria de um governo

socialista que nom rompe com a forma capitalista do estado –o gerencialismo.

Em oposiçom ao estado burguês, o estado-comuna é um estado transitório entre o capitalismo e o socialismo, onde a classe dominante é o proletariado. Nele acomete-se de jeito progressivo a centralizaçom e socializaçom plena do trabalho privado e submete-se o conjunto da produçom social a um plano democraticamente deliberado que represente as necessidades sócio-metabólicas do conjunto social.

Deste jeito, o estado-comuna representa o acabamento de todo um legado democrático-radical que lhe é historicamente prévio, introduzindo a democracia política plena, compreendida como poder total das massas trabalhadoras. O estado-comuna constitue, como característica principal, um corpo político que nom se atopa separado da sociedade. Esta nova forma de poder político destrói a divisom burguesa de poderes, assim como as burocracias capitalistas profissionais, ambas as quais nom representam mais que limitaçons antidemocráticas e impessoais frente à soberania plena da maioria trabalhadora.

Os exércitos profissionais permanentes da burguesia serem desmantelados, e a defesa dos interesses do estado-comuna será assumida pola milícia popular. Esta, como representante armado da maioria trabalhadora, terá a labor de proteger a revoluçom proletária em curso. A sua existência, que vem imposta pola necessidade de que as massas trabalhadoras defendam os seus interesses frente às agressõs capitalistas e às sabotagens internas, possibilitara o avanço na revoluçom.

A medida que que as relaçons sociais sejam transformadas, desaparecendo o valor e as classes sociais, a própria necessidade do estado-comuna começará a extinguir-se.





3. BASES TÁTICAS

POR QUE UMHA ORGANIZAÇÃO **3.1** DA MOCIDADE?

A NOSSA ESTRATÉGIA PODE ATERRAR-SE no concreto através da flexibilidade tática, sem que isto pressuponha de jeito nenhum o abandono dos nossos princípios políticos. A tática é a concreção imediata da nossa estratégia política.

Na conjuntura atual, o movimento da luta de classes está caracterizado pela hegemonia social-democrata, pela fragmentação política do proletariado e, em consequência, pela sua dependência com respeito à burguesia e as classes médias.

Nos espaços de organização existentes, esta hegemonia expressou-se na aceitação da agenda política da social-democracia, ou, como muito, na rejeição discursiva que, máfia todo, delegava a política na mesma. Mais alá da uniom orgânica entre os espaços de organização da classe trabalhadora e os atores da social-democracia, a inexistência de umha estratégia política própria para a que canalizar os esforços do espaço terminou fazendo por alinhá-los coas apostas políticas das classes medias, alimentando-as. Deste modo, a sumissom política do proletariado tomou corpo nas limitações destes espaços e movimentos organizados para conformar umha alternativa própria e independente com respeito à social-democracia.

A nossa tarefa imediata e reconstituir as bases políticas e organizativas da alternativa do proletariado, o Partido Comunista. Esta tarefa requer da ruptura política com respeito as classes medias, a burguesia, os seus partidos e o estado capitalista.

Neste sentido, a mocidade proletária constitue um sector do proletariado que tam só conheceu momentos de crise ao longo da sua trajetória vital. Hoje, a mocidade proletária está conformada por camadas sobrantes do proletariado e atopa-se sumida num processo eterno de formação e superqualificação, com perspectivas de integração no mercado laboral instáveis, temporais e precárias. Somado a isto, o sector juvenil do proletariado ficou à margem de boa parte dos mecanismos de integração política do proletariado na fidelidade à propriedade privada e ao estado capitalista, como historicamente representaram, no caso do estado espanhol, o acesso à propriedade imobiliária ou a incorporação ao emprego funcional.

No futuro, as expectativas vitais para a mocidade proletária serem muito mais limitadas com respeito às gerações anteriores. Esta cimeira de determinações situa à mocidade proletária como o elo mais fraco da integração na dependência política da classe trabalhadora perante as classes proprietárias. É por estas referidas circunstâncias que a ruptura política toma como primeira forma na Galiza a ruptura política geracional.

O ponto de apoio inicial para a recomposição do proletariado num partido comunista de massas é, portanto, a organização juvenil socialista. Esta forma de organização nada tem que ver com aqueles argumentos essencialistas e reacionários que situam ao conjunto dos adultos como um sector corrompido ou naturalmente autoritário. Ao invés, a aposta juvenil pretende conformar a primeira fase dentro de um movimento que deve expandir-se posteriormente entre a totalidade do proletariado.

3.2 AS TAREFAS DA ORGANIZAÇÃO JUVENIL SOCIALISTA

A TAREFA IMEDIATA DA ORGANIZAÇÃO JUVENIL socialista resume-se na consigna: “Estudar, educar, organizar”. Estes três momentos da ação política não podem existir por separado. Uma organização que não deposita ingentes esforços no estudo e compreensão das determinações sociais sob as que existe está condenada a uma marcha a cegas. De igual jeito, uma organização que não eduque e facilite ao resto do proletariado a compreensão dos conteúdos da consciência socialista ficará separada e impotente diante do movimento da luta de classes. Por último, se a tarefa intelectual não é acompanhada de um despregue organizativo e da participação na luta de classes, não seremos mais que um mero grupo teórico sem incidência real no presente.

Sob a base dos nossos princípios políticos gerais, a organização juvenil terá a labor de converter o comunismo na tendência hegemónica entre amplos sectores da mocidade proletária no nosso território. Nesta tarefa, encaramos também a unificação, sob a base do debate racional e os princípios do marxismo revolucionário, daqueles destacamentos organizados mais avançados.

A organização da mocidade tem por cometido avançar na recomposição política do proletariado baixo o programa comunista. Com este horizonte, pretende erigir-se como tribuno dos oprimidos, denunciando politicamente qualquer ato de opressão e exploração que emane da sociedade capitalista. Isto significa que, longe das posições seitaras que renunciam às lutas do proletariado, a organização tem que sinalar a relação de cada eido particular com a totalidade capitalista, fazendo de cada conflito um momento de soma de forças cara ao processo socialista.

Para lograr este propósito, a organização deve empregar os médios propagandísticos ao seu alcance com o objetivo de fazer hegemónica a perspectiva socialista de conflito particular da classe trabalhadora, sinalando qualquer intento de anular a luta de classes em chave interclassista e denunciando aquelas saídas que tenham por intenção acomodar ao movimento obreiro na lealdade o estado e as classes proprietárias. Neste caminho, a organização tem que amassar a superioridade do comunismo e unificar as diversas lutas proletárias arredor dum programa próprio, sem que isto comprometa em nenhum dos casos a sua independência teórica e organizativa.

3.2.1 **Questom nacional e autodeterminação da classe trabalhadora**

A acumulação do capital tem um carácter mundial que assume formas nacionais diferenciadas e desiguais. O sistema capitalista gera um sistema internacional de estados ordenados hierarquicamente em função do seu peso no mercado mundial. Assim, cada ciclo de acumulação coloca na sua cimeira a uma potência hegemónica que possui a um notável domínio militar e económico por cima das demais.

O estado nacional constitui a unidade política básica da acumulação capitalista. Os distintos

estados nacionais capitalistas buscam centralizar politicamente a todas as comunidades no seu seio sob relações jurídicas de cidadania, unificar o mercado interior e inserir-se de modo competitivo no mercado mundial. Porém, a existência de formas nacionais diferenciadas não coincide necessariamente com as fronteiras estatais estabelecidas. Estado e nação não são necessariamente equiparáveis.

Em alguns estados capitalistas, o projeto de centralização não foi quem de integrar e assimilar plenamente a sua povoação no seio de uma nacionalidade unificada. Isto conduziu a existência de nações espalhadas ao longo de diferentes estados de carácter plurinacional, como é o caso do estado espanhol. A questão nacional, na medida em que a estas comunidades foi-lhes negada pela força o direito à autogestão política e cultural, ainda está aberta em muitas realidades concretas do mundo atual, expressada em forma de movimentos nacionais de massas.

Galiza é uma nação plenamente capitalista, nacionalmente oprimida pelo estado espanhol. Galiza não é uma colónia com uma relação de exploração militar por parte de uma metrópole, nem tampouco uma colónia interior constituída dualmente por um agro pré-capitalista e um espaço urbano capitalista, mas imperfeito. Na Galiza, as relações capitalistas começam a ser dominantes de jeito tardio, ao igual que no caso espanhol, cara o terço final do século XVIII, constituindo-se plenamente como tal no primeiro terço do século XX. A opressão política da Galiza manifestou-se e manifestasse baixo a negação forçosa à constituição de um estado próprio, assim como uma situação de desvalorização e opressão linguística e cultural. O galego é uma língua em situação de diglossia e minorização crescente por ação das políticas institucionais.

Em matéria linguística, a aposta das correntes autonomistas concretizou-se no fortalecimento da presença das línguas minorizadas nas instituições burguesas espanholas. Isto, se bem supõe um avanço em termos democráticos, resulta insuficiente para resolver de modo definitivo a opressão linguística que sofre a nossa classe.

Devemos defender os direitos linguísticos do proletariado galego que o espanholismo põe em risco, sem que estes estejam ligados à lealdade ao

estado burguês, às possibilidades económicas, ao reconhecimento legal da cidadania ou qualquer outra particularidade que os limite de modo classista.

O movimento nacional de massas galego constitui um movimento interclassista que aspira a constituir-se como estado nacional próprio. Na cultura política do mesmo, coincidem elementos progressistas de carácter operário e popular, que apontam a objetivos democráticos em sintonia com a causa socialista, com outros burgueses e pequeno burgueses que perseguem reforçar e perpetuar a exploração de classe e os interesses da propriedade privada de um modo competitivo. Estes últimos representam as tendências autonomistas que hegemonizaram a direção do nacionalismo galego e abandonaram definitivamente toda pretensão revolucionária. Ao escindir ao proletariado galego do resto do proletariado internacional, unindo os interesses deste aos da pequena burguesia galega, subordinam a luta de classes na Galiza a via negociadora e claudicante com respeito ao estado burguês espanhol.

Com respeito ao movimento nacional galego de massas, tomamos só aqueles elementos democráticos e proletários, em cujas ações poderam encontrar-nos como aliados temporários. Pola contra, no que respeita ao espanholismo, jamais atopará apoios táticos pela nossa parte, ao trata-se de um nacionalismo de estado que nega e perpetua a opressão nacional pela força e carece sequer de um ápice de conteúdo progressista.

Porém, mália diferenciar entre as diferentes formas que o nacionalismo toma na Galiza, manifestamos a nossa independência política e ideológica com respeito ao nacionalismo. A questão nacional, como parte da luta pela democracia, não pode resolver-se dentro dos limites do sistema capitalista. As “vias nacionais ao socialismo”, ao igual que as distintas formas de socialismo num só país, amossaram rotundamente ser um beco sem saída para o socialismo, quando não umha via direta cara a degeneração burocrática, a restauração da ordem burguesa ou a colaboração oportunista com a gestão dos estados capitalistas. As possíveis tomadas localizadas do poder encararam o bloqueio em todas as frentes e constante agressão militar das

potências capitalistas. De querer prosperar e não involuir, a sua escala deve ser ao menos continental e, progressivamente, tomar carácter mundial. Umha república socialista galega isolada é um marco totalmente utópico e destinado ao fracasso.

Como organização da mocidade socialista apostamos pela fusão das nações no seio da associação de indivíduos livres. Dada a actual correlação de forças, na que o nacionalismo e a burguesia galega assumiram a via autonomista, na que a Galiza acometeu já umha proletarização plena, o clássico direito de autodeterminação nacional deve tomar a forma atualizada do direito de autodeterminação do proletariado galego para fazer-se efetivo. Deste jeito, o proletariado galego tem o direito de dotar-se a si mesmo das instituições e formas organizativas concretas que lhe sejam necessárias em prol da revolução proletária mundial.

A defesa da autodeterminação nada tem que ver com a defesa da separação entre proletários. Pelo contrário, constitui a forma na que lutamos contra a opressão nacional da Galiza e contra os nacionalismos que dividem e enfrentam ao proletariado. Através da mesma, buscamos construir as condições para a união livre e fraternal do proletariado das distintas nações, incluindo as instâncias organizativas, na luta cara a um mesmo horizonte socialista internacional.

3.2.2 Direitos e liberdades políticas

A burguesia só avançou na conquista de alguns direitos democráticos quando lutava contra a reação feudal, e com o fim de manter atrás de si ao proletariado. No momento em que esta conquistou o terreno político às classes feudais, converteu-se num dique de contenção contra a classe verdadeiramente democrática, o proletariado.

A democracia, longe de tratar-se de umha mera questão burguesa, atopa a sua defesa e a sua forma mais plena e consequente no socialismo, no que o processo produtivo é submetido ao controlo consciente e a administração dos assuntos públicos recai nas grandes massas de trabalhadores e não num aparelho burocrático-militar enfrentado às mesmas.

Os direitos e liberdades políticas constituem conquistas forçosamente à burguesia por parte do

proletariado organizado. Os direitos e liberdades políticas como o direito a livre expressom, reuniom, organizaçom e protesto som irrenunciáveis. Estes, na ausência dum proletariado organizado, som suprimidos progressivamente por parte dos estados capitalistas. Num contexto de crise capitalista como o atual, o giro autoritário dos estados está a esmagar os direitos políticos mais básicos.

Porem, a luta polos direitos políticos e pola democracia nom tem que ver com umha suposta revoluçom democrático-burguesa incompleta que devemos resolver antes de apontar para o socialismo, senom que conforma umha parte integral da luta presente polo socialismo como democracia social plena.

Neste marco de destruiçom de direitos políticos, denunciemos e opomo-nos a qualquer tipo de legislaçom que implique um incremento no poder que o estado capitalista exerce sob o proletariado, independentemente da tintura progressista com a que tente reverter-se. No mesmo sentido, queremos afirmar o nosso compromisso com os centos de presos políticos do estado espanhol, para quem reclamamos umha amnistia. Do mesmo jeito, reclamamos a universalizaçom dos direitos de cidadania plenos para o conjunto do proletariado mundial e a aboliçom imediata de qualquer legislaçom que crie hierarquias entre cidadãs em funçom de critérios racistas, religiosos, de género ou qualquer outro motivo.

Através da defesa ativa destes direitos assentam-se as condiçoms de possibilidade de umha açom política independente mais efetiva. Por este motivo, pretendemos garantir os direitos conquistados e avançar na consecuçom final dos direitos políticos. Por último, perseguimos a conquista daquele direito que jamais nos concederam: o direito à revoluçom. Para este propósito, compre consolidar, a través do aumento das forças do comunismo, a possibilidade da maioria social de autogovernar-se mediante a destruiçom, em primeiro lugar, do estado capitalista e, finalmente, das relaçoms sociais classistas.

3.2.3 **Guerra e** **internacionalismo** **proletário**

O capitalismo, desde o seu começo até hoje, é sinónimo de desposessom, violência, competência e guerra. A tendência do capital à superproduçom, fruto da antessala de umha das crises mais agudas da

historia do capitalismo, está corroendo de forma crescente as possibilidades do lucro capitalista. Ao mesmo tempo, assistimos ao declive da potência hegemónica que marcou o ritmo do passado ciclo de acumulação, os Estados Unidos da América, junto com a do seu bloco geopolítico. Frente a esta, China aparece como a potência emergente, com a capacidade para disputar-lhe aos EUA o desenvolvimento da tecnologia de vanguarda. Por sua parte, a União Europeia pretende afirmar a sua posição internacional mediante o reforço da suposta autonomia estratégica. Isto não é senão o alicerce sob o que os distintos estados intensificam a sua competência entre si em grau cada vez maior, aumentando as tensões geopolíticas e os conflitos bélicos. Atopamo-nos imersos numa crise bélica mundial que poderia desencadear uma guerra geral entre potências.

Os comunistas devemos opor-nos de jeito total aos diferentes blocos capitalistas em prol da unidade do proletariado internacional. Para isso, temos que rejeitar a confluência em frentes comuns com as distintas burguesias. O modelo das frentes populares implica a coligação com os setores da burguesia do nosso pólo imperialista, o que representa o abandono da independência de classe e do programa comunista, ao tempo que supõe a assunção de interesses de classe alheios e contrapostos e a defesa das políticas imperialistas do estado capital em cujo marco operamos. Por outra banda, a crença errada num capitalismo multipolar e harmónico na que cristalizou uma interpretação mui estendida das frentes imperialistas, e para a qual os distintos estados nacionais soberanos poderiam coexistir de jeito pacífico, representa o abandono da independência de classe ante as burguesias nacionalistas das periferias, que não duvidam em massacrar as forças comunistas ali onde se lhes presente a ocasião.

Os comunistas não devemos tomar partido por nenhuma burguesia. Pelo contrário, temos que promover a solidariedade e fraternidade entre o proletariado de todos os países. É necessário erguer a bandeira do internacionalismo proletário, uma tarefa que passa pela construção de um partido comunista a escala internacional. Esta ideia opõe-se à concepção do internacionalismo como uma simples soma ou evocação conjunta de nacionalismos, posto que lhes permite agochar as determinações de classe no seu seio. Do mesmo jeito, opõe-se ao social-imperialismo,

que colabora nas políticas de opressão contra outros povos, e ao social-pacifismo, que avoga por uma ilusória resolução dos conflitos por via da diplomacia burguesa. Temos que opor-nos a toda guerra, agás aquelas que respondam a fins emancipadores, como é o caso da guerra de classes.

Na Galiza, a indústria militar conta com a cumplicidade de todas as forças políticas, incluídas as soberanistas, pelo que uma das tarefas primordiais da nossa ação política é a oposição ao complexo industrial-militar em auge radicado no nosso país, e cuja procedência também é galega.

3.2.4 Opressão de sexo- género

A luta de classes existe no concreto mediada por formas de opressão intra-classe. Dito de outro jeito, as opressões particulares são um modo de existência da luta de classes. Sob a base de hierarquias preexistentes, o capitalismo reproduz estas formas de opressão imprimindo nelas as suas próprias relações sociais. Na sua forma capitalista, a opressão de sexo-género tem por origem a necessidade de reproduzir de forma privada a força de trabalho em função das necessidades concretas da acumulação. É sob as referidas necessidades que o capital toma à família nuclear cis-heterossexual como a sua base normativa. Em realidade, máia as concessões mutiladas e condicionais que o capital e o estado podem efetuar, a qualquer outro modelo de identidade sexo-afetiva tão só se lhe permite existir na medida em que não socave nem despreze a sua centralidade à família nuclear cis-heterossexual. Por este motivo, a superação da opressão de sexo-género está ligada a superação do próprio modo de produção capitalista e a abolição da família nuclear.

A opressão de sexo-género tem como manifestações na luta de classes movimentos sociais como o feminismo ou a luta pelos direitos LGBTQB+. Estes são a expressão da luta pelo acesso pleno às relações de cidadania. Estas camadas do proletariado continuam a ter salários e direitos em baixo dos do proletariado masculino e cis-heterossexual. Ademais, a maior parte do trabalho de cuidados, na sua maioria não pago ou em condições de absoluta miséria, segue a recair sob elas, que enfrentam toda a classe de exclusões e mesmo atos de violência direta.

Estes movimentos têm razões de existência

reais. Com todo, na atualidade atopam limites para dar umha resposta política integral à opressom de sexo-género. O feminismo encontra-se separado entre as tendências biologicistas e reacionárias do feminismo radical, e as diferentes formas de feminismos interseccionais. O primeiro reduz a opressom de sexo-género, de natureza inteiramente histórica e social, a umha questom supostamente biológica da qual excluem às camadas mais precárias do proletariado, como é o caso das pessoas trans. Os segundos, mália que reconhecem o valor da luta do conjunto do proletariado LGTB+, contemplam a opressom de sexo-género como algo escindido da questom de classe, com a qual se deve vincular tam só de jeito contingente e discursivo, e dam lugar a opções atravessadas polo inter-classismo e à falta de um horizonte estratégico socialista.

Para a unificação política do proletariado como sujeito, nom podemos negar nem dar as costas a estas formas de opressom. Pola contra, afirmamos a necessidade de combater toda a forma de opressom intra-classe por razom de sexo-género, assim como de lutar contra opressom de sexo-género, desde a perspectiva proletária. As distintas manifestaçons destas formas de opressom dividem e fam competir às diferentes camadas do proletariado entre sim, afastando-as das condições necessárias para garantir a unidade estratégica dum projeto revolucionário. Por isto, toda agressom machista e LGBTfóbica deve ser combatida, nom como umha questom secundária, senom como um objetivo primário na garantia de unidade do conjunto do proletariado.

Neste sentido, contemplamos, mália a nossa independência ideológica com respeito à diferentes formas de feminismo, o diálogo e a possibilidade de alianças táticas com os sectores mais progressistas na luta efetiva por avanços concretos nos direitos das diversas camadas do proletariado atravessadas pola opressom de sexo-género. Pola contra, entendemos necessário o combate às posturas reacionárias com respeito a dita opressom: em primeiro lugar, contra o movimento trans-excluinte que margina e agride às pessoas trans. Em segundo lugar, contra às posturas obreiristas do movimento operário que degradam a luta contra dita opressom e reproduzem formas de violência machista ou LGBTfóbica. Por último, contra aquelas posturas que negam às camadas mais vulneráveis neste plano, como as trabalhadoras sexuais, aceder a plenitude de direitos.

3.2.5 Luita contra o racismo

O capitalismo precisa de umha relativa mobilidade da força de trabalho. Este feito convir-te as migrações num processo necessário. A miúdo, os movimentos migratórios migraçom som o resultado da pobreza, a falta de oportunidades, a guerra imperialista, a crise climática e o perseguinto, todos eles, fenómenos constantemente reproduzidos polas relações sociais capitalistas. Partindo desta base, o controlo migratório desde as instituições políticas é um impossível.

Qualquer discurso que pretenda acometer um encerramento de fronteiras é reacionário, utópico e encobre umha aposta por gerar umhas condições para a migração mais precárias ainda. A burguesia bota mam destas políticas migratórias restritivas para explorar dum jeito mais cru as camadas do proletariado migrante, com menos direitos e salários pior pagos. Neste contexto, a maior parte do proletariado migrante passa a formar parte da povoação sobrance. Ao mesmo tempo, a sua miséria é empregada para chantagear a aquelas camadas do proletariado dos centros imperialistas com piores condições de vida.

Estes discursos racistas têm a sua materialização dentro e fora do partido da burguesia: desde o aumento de um racismo de esquerdas, que afirma que nom existem recursos nos países do norte global para satisfazer as demandas de bens de subsistência da povoação migrante, até políticas anti-migratórias mais violentas. Desde a proliferação de discursos arredor de umha suposta fenda cultural nom poderia salvar-se e que convertem ao migrante num outro violento cuja integração seria impossível, até ao obreirismo reacionário e fundamente anti-marxista que afirma que a luita deve centrar-se nas necessidades do proletariado nacional e culpabiliza ao proletariado imigrante da degradação das suas condições de vida.

De jeito semelhante, estes discursos racistas encontram-se implícitos em muitos sindicatos que se negam a lutar polas condições de vida dos migrantes, dotando-se para este propósito de classe de critérios burocráticos e restritivos mediante os vetar a sua participação. Finalmente, devemos rachar com as lógicas social-democratas, habituais no racismo de esquerdas. Segundo as mesmas, existiria umha migração aceitável e outra perigosa. Os direitos das pessoas migrantes ficam assim ligados unicamente ao merecimento, que só poderiam conseguir-se bem mediante a acometida de grandes atos heroicos, bem mediante a fidelidade total às regras cívico e culturais

hegemónicas nos territórios de chegada ou bem por meio da integração, baixo condições lamentáveis, em setores laborais especialmente demandantes, como som os cuidados ou o trabalho agrícola.

A nossa responsabilidade é combater aqueles discursos que afirmam que deveríamos priorizar ao proletariado nacional em detrimento do migrante. É necessário que lutemos contra toda discriminação baseada na raça, na origem étnica ou na cultura, seja empreendida pelo estado ou por organismos privados, e reclamar o direito do setor migrante do proletariado a converter-se em cidadãos com plenos direitos sociais e políticos, de jeito imediato para todos eles e sem demandas de exemplaridade pelo medio. Entre estes direitos atopam-se também o direito a manter correspondência com o Estado na própria língua, o direito a aprender a língua galega e ter acesso aos espaços e materiais com os que faze-lo.

Detrás de estas demandas nom está um fundo moralista nem um sentido abstrato de justiça, senom o feito de que constituem um requisito indispensável para garantir a possibilidade de organização do proletariado migrante em conjunto com o resto de setores do proletariado, posto que aumentam a sua capacidade para denunciar praticas laborais abusivas, aceder a umha vivenda digna ou participar da luta de rua. Todas elas, portanto, favorecem a possibilidade de responder unidos como classe organizada politicamente contra a burguesia e o seu estado.

3.2.6 Crise ecológica

Os comunistas sustemos que as duas fontes da riqueza humana som o trabalho humano e a natureza. Para o capitalismo, porem, a natureza nom tem outro valor intrinseco mais ala de servir como objeto da sua exploração. Como sistema cujo único propósito é a valorização do valor, isto é, que segue a lógica do benefício, o capital atenta dum jeito constante contra o meio ambiente e os seus recursos limitados.

A única possibilidade de superar a crise ecológica em curso passa polo sometimento da produçom social a um controlo racional. Noutras palavras, frear a destruição da natureza de jeito efetivo é possível unicamente através da construção do socialismo.

Frente a este feito, as medidas acometidas pola burguesia ante a crise climática só podem tomar a

forma de falsas soluções. Por umha banda, os sectores supostamente progressistas da burguesia apostam polo capitalismo verde. Pola outra, os conservadores desprazam cara um segundo plano a questom ecológica, ou, tanto pior, negam dela diretamente.

O capitalismo verde, com a social-democracia como representante político, é umha saída utópica e impotente. O estado capitalista, como forma política de dominaçom burguesa, atopa-se fora do controlo democrático da maioria social, polo que nom pode ser empregado como veiculo neutro que manejar a vontade. Ademais, o estado capitalista tem por cometido reproduzir as relaçons capitalistas, que se fundamentam sob a propriedade privada dos meios de produçom, tanto em forma de capitais individuais como em forma de capital nacionalizado estatal. Ambos os dous, pola sua forma privada, operam à margem de um controlo consciente efetivo. As apostas por um capitalismo verde demonstraram-se impotentes na contençom da atual crise climática, e continuam a ser dependentes da indústria fóssil ou a minaria intensiva para suster as suas indústrias supostamente amáveis com a natureza, a miúdo, a través da exploraçom agravada do proletariado nas periferias globais.

Ademais do deterioro geral das condiçons ambientais, na Galiza a crise climática toma corpo na localizaçom de umha parte das indústrias sobrantes e altamente poluentes que rejeitam países economicamente mais desenvolvidos. Os casos mais significativos som os que constituem a indústria da celulose, que se atopa detrás do impulso de políticas de montes eucaliptizadoras e favorecedoras dos incêndios endémicos, e às eólicas, para cuja instalaçom é alterado severamente o médio ambiente e som expulsadas ou pobremente compensadas as camadas mais desvalorizadas do proletariado rural.

Por outra banda, compre lembrar que Galiza, contra o retrato que debuxam os relatos que defendem umha suposta realidade colonial, é altamente dependente da importaçom de energia do mercado mundial, especialmente da energia fóssil provinte das periferias capitalistas. Ante esta realidade, a resposta ecológica tem que passar pola independência política e polo internacionalismo. Este e nom outro é o único jeito de encarar umha crise de carácter global e frente à qual as respostas localistas em chave nacionalista ficam impotentes. Devemos ser capazes de dotar-nos das ferramentas organizativas necessárias para denunciar

de modo total tanto as consequências como as causas da crise climática.

3.2.7 Questom rural

O capitalismo, no seu desenvolvimento desigual, gera diferenças salientáveis entre os espaços urbanos e os espaços rurais. A tradução deste fenómeno são umas piores condições de vida, cultura e infraestrutura no espaço rural. No campo galego ainda se encontram grandes contingentes de povoação que viveram de jeito completo o processo de proletarização capitalista. A Galiza camponesa forma parte da história passada, à qual não seria possível nem desejável regressarmos. Neste sentido rejeitamos, aquelas visões nostálgicas que idealizam a vida comunitária rural como suposto escape ou uma alternativa ao capitalismo. Este romantismo económico reacionário faz apologia dos interesses que não se correspondem com os da maioria despossuída, defendendo a pequena propriedade agrária.

Frente a isto, a nossa aposta passa por organizar ao proletariado do espaço rural contra o capitalismo. A nossa política com respeito à pequena burguesia agrária ou rural não é reforçar nem multiplicar a propriedade privada, senão a socialização progressiva do trabalho privado. Isto pode realizar-se dum jeito gradual através do fomento de cooperativas agrárias desde o estado-comuna, nas que confluíram progressivamente os produtores privados. A defesa de um programa de redistribuição da terra, ou alternativas como a solução a uma suposta reforma da terra que estaria pendente, ficam hoje fora de tempo e lugar.

Por outra banda, só mediante o controlo estatal por parte do proletariado poderá-se acometer dum jeito adequado ao interesse social coletivo uma dotação de infraestrutura suficiente como para paliar e resolver progressivamente a situação de infradotação que apresenta o espaço rural capitalista na atualidade.

3.2.8 Luita salarial e sindicatos

Os sindicatos constituem uma instituição de defesa básica das condições materiais do proletariado, que na sua origem histórica surgem natural e espontaneamente da luta de classes. Estas instituições nasceram como forma de fazer efetiva a venda da força de trabalho pelo seu valor. Porém, por

sim mesmas som incapazes de poder avançar cara a superaçon desta tendência.

Atualmente, as grandes centrais sindicais de classe encontram-se dirigidas por burocracias com interesses próprios, sustidas económica e politicamente polo estado capitalista e os seus partidos e convertidas, em muitos casos, em apêndices de estes.

As burocracias sindicais conformam umha casta que busca a sua auto-reproduçon particular à margem dos interesses gerais do proletariado. A sua função é a de conformar umha correia de transmissom da ideología burguesa entre o movimento sindical, segmentando-o em hierarquias e priorizando os interesses de determinadas camadas do proletariado em detrimento de outras. No seu atuar, destroem a democracia operária de base, mantemem as luitas no limite da política trade-unionista e nos marcos do eleitoralismo curtopracista dos seus partidos-matriz. Em muitos casos, difundem a agenda imperialista promovida polas instancias supraestatais da burguesia.

No caso galego, em contraste com as correntes sindicais hegemónicas no resto do estado espanhol, a CIG conforma um sindicato com amplas bases operárias, hegemónico e com um discurso de classe. Porém, começou a desenvolver no seu seio umhas burocracias sindicais que aplicam e submetem o sindicato à agenda do nacionalismo social-democrata, ainda que se encontra muito longe da corrupçom e da integraçon política no estado capitalista.

Os comunistas pretendemos intervir alá onde se encontre o movimento operário organizado, de tal jeito que o socialismo e movimento operário quedem fusionados. O partido e o sindicato, por norma geral e agás circunstancias mui particulares, devem manter umha separaçom formal, posto que constituem dous agentes diferenciados da luta de classes. Mentres o partido organiza aos sectores do proletariado mais avançados politicamente, os sindicatos intervemem na defesa imediata das condições de vida do conjunto das despossuídas.

O labor dos comunistas organizados deve assumir a disputa pola hegemonia política nos sindicatos. Assim, passa por pular por que os sindicalistas assumam conscientemente o programa comunista, e os sindicatos conformem umha escola do comunismo. Para este propósito, os comunistas defendemos umha

intervençom sindical oposta à neutralidade sindical, umha tendência geral que tenta impedir as discussõs políticas no interior do sindicato, atendendo a diversas frentes: a luita polo direito à greve política, a defesa de da escala internacional como marco necessário de luita, a defesa da democracia e do controlo sindical por parte das bases, a consagraçom da independência de classe e a denúncia da cumplicidade pactista com respeito à burguesia por parte da direçom das burocracias sindicais, assim como, em xeral de toda prática corporativa e seccionalista do sindicato, de acoutar este às suas açõs exclusivamente por empresa, por rama ou por naçom.

3.2.9 Vivenda e sindicalismo de vivenda

Desde a concentraçom de amplas camadas sociais em núcleos espaciais reduzidos –as cidades–resultante do processo de proletarizaçom com que nasceu o capitalismo, a vivenda foi umha das formas de expressom da desposessom e miséria do proletariado.

Na atualidade, a pequena propriedade é forma mais estendida sob a vivenda. No passado, a possibilidade de acesso ao crédito da que dispuserom certas camadas da classe trabalhadora fixo deste o modo geral em que determinados sectores da sociedade foram fazendo parte de umhas classes médias em expanssom. A diferença deste momento histórico, na atualidade a crise fechou o relativamente fácil acesso ao crédito para a classe trabalhadora, rematando com dita tendência e cimentando umha maior dependência com respeito ao alugueiro.

A crise, ademais de dar pé a esta tendência, resulta na necessidade burguesa de apostar polo rendismo. O incremento da dificuldade para extrair lucro do processo produtivo, somado ao deterioro dos salários reais para o conjunto dos assalariados, converte o rendismo numha relaçom social com peso crescente, tanto para os grandes proprietários como para a forma do rendismo popular. O preço da vivenda incrementa-se e a dificuldade de acesso a mesma conforma umhas das maneiras principais nas que se comproba o empobrecimento e subordinaçom da classe trabalhadora, em especial do seu sector juvenil.

As apostas sindicais que xurdem no plano da vivenda som diversas. A tendência hegemónica centra-se na luita contra os grandes fundos possuidores

contrapondo-lhes um sujeito interclassista e setorializado: o inquilinato. Esta aposta de classes médias demanda ao estado capitalista a regulação dos alugueres. Com todo, esta estratégia converte em marginais as reivindicações de outros sectores operários em situação mais depauperada e deixa fora opções mais radicais. Assim, não questiona a forma mercadoria que toma hoje a vivenda, nem tampouco a sociedade classista ou o estado capitalista, frente ao qual aparecem como demandante mais ou menos passivos. No canto disto, sinalam abstratamente as suas consequências.

Em contraste com esta posição, os comunistas devemos defender a necessidade de organizar a luta pela vivenda baixo os únicos interesses universalizáveis, que não são outros que os do proletariado. Pequenos e grandes proprietários confluem num projeto comum de defesa da propriedade privada, e compre manter a independência com respeito de ambos.

Na atualidade, a sociedade dispõe dos recursos e capacidades técnicas necessárias para garantir um acesso universal à vivenda. Pelo tanto, se hoje assistimos a uma situação de precariedade habitacional, isto é devido unicamente à forma mercadoria que está adota no modo produtivo capitalista. Frente a esta, os comunistas devemos ser quem de assinalar que a superação total do conflito da vivenda passa por fazer desta um bem universal, gratuito e de qualidade. Um objetivo para cujo cumprimento compre superar o capitalismo e trasladar a vivenda às mãos da maioria despossuída.

3.2.10 Educação e luta estudantil

A educação capitalista apresenta-se como uma instância social aparentemente neutral, mesmo como a única que permanece inalterada e pulcra no interior do seu seio. Ao lado destas visões ideais, aparecem visões meritocráticas para as quais a educação serviria como um elevador social mediante o que acadar um êxito pleno, mais alá das barreiras de classe que realmente operam no interior do complexo educativo.

A realidade é que a educação constitui uma ramificação mais da sociedade capitalista, concretamente, aquela na que as classes sociais são preparadas para a reprodução das relações sociais

vigentes. Neste sentido, umha das suas principais funções é a transmissão de umha compressão do mundo social conforme aos interesses da classe dominante. Pública ou privada, atua como ferramenta para a expansão da cosmovisão burguesa e a naturalização da sua ditadura.

O próprio movimento estudantil partilhou esta visão da educação pública como um espaço neutral. Deste jeito, toda luta contra a ofensiva capitalista na educação tomou a forma mais ou menos abstrata da defesa da educação pública. Em coerência com esta compressão, o sujeito que organizou sempre foi o estudantado –galego ou não– deixando fora do retrato geral as determinações de classe do mesmo. Noutro plano, o movimento estudantil leva anos aplicando um esquema de lutas puramente economicista, apostando pela censura da propaganda socialista nos contextos educativos em prol de umha maior transversalidade.

Como comunistas, devemos assinalar o carácter classista da educação capitalista, empreendendo umha luta política contra a cosmovisão burguesa que esta transmite. Neste caminho, compre incidir na necessidade de que a educação recaia no controlo da classe trabalhadora e responda aos seus interesses.

Porém, esta situação não deve levar-nos a permanecer indiferentes ante os ataques que sofre a escola pública. Esta é o lugar de estudo da ampla maioria proletária e, desde umha ótica independente, temos que trabalhar por fazer valer os interesses do estudante operário e do proletariado participe nestas instâncias –professorado, pessoal de limpeza, pessoal de cafetaria...–, com o objetivo de fazer da educação um bem universal e gratuito contrário as lógicas capitalistas.

3.2.11 Luita contra o fascismo

Longe da visão imperante, o fascismo não pode ser compreendido como um fenómeno alheio à ordem burguesa e ao capitalismo, senão como a expressão mais autoritária do domínio político e económico da burguesia. Ainda que devemos compreender as suas diferenças e atender as diferentes condições e formas de lutas as que dão lugar, a ditadura aberta do fascismo mantém um nexo concreto com a democracia burguesa: a defesa da propriedade privada e o estado capitalista. Por este motivo, não podemos opor-lhe ao

fascismo umha alternativa que se construa dentro dos limites da sociedade burguesa que o gera.

A opção fascista aparece como saída ao regime liberal da burguesia quando esta olha em risco iminente a propriedade privada. Na atualidade, ante a inexistência de umha organização socialista constituída em força social, o fascismo encontra-se longe de apresentar um carácter de massas, e ocupa um espaço marginal na sociedade. Porém, som cada vez mais os pequenos grupos violentos nas ruas, ao tempo que as organizações extremistas vam contando com cada vez mais apoios. Este fenómeno concretiza-se no squadrismo organizado, que vai desde empresas de desocupaçom, organizações ainda marginais ou incluso grupos de animaçom deportiva independentes. Polo de agora, ante a incapacidade das organizações de classe para supor umha ameaça real para a ordem burguesa, estes grupos concentram a sua violência contra os estratos mais depauperados do proletariado, como o som o proletariado migrante, o proletariado LGTB ou os “okupas”.

Todo isto acontece ante a total impotência da esquerda institucional. Ao nom questionar o próprio sistema capitalista, a social-democracia encontra-se limitada para confrontar o augem das ideias reacionárias. As medidas autoritárias que apresentam como remédio, ademais, apontam a consolidar o crescente autoritarismo do estado, e rematam por ser empregadas contra os interesses do proletariado no seu conjunto. A tarefa de lutar contra o fascismo corresponde ao proletariado organizado de jeito independente. As comunistas devemos ser referentes na luta contra a reação e o fascismo, por medio de umha política própria que assinala a burguesia e os seus partidos. Ao tempo, compre irmos construindo amplos espaços unitários de autodefesa proletária, que sejam quem de fazer frente à violência squadrista em aumento.

3.2.12 Desporto

Hoje, a forma que adota o desporto encarna e reproduz os valores da consciência burguesa. Assim, este aparece orientado em todo momento orientado a competiçom e ao rendimento individuais, feito que nos aparta da construçom de relaçom cooperativas e saudáveis. O desporto converte-se assim num foco de expansom do individualismo e um meio mais no processo de atomizaçom da nossa classe. A relaçom

que a sociedade atual construe respeito do desporto deriva em umha obsessom pola atividade física que resulta altamente rendível no mercado.

O modelo desportivo atual supom a supressom das formas lúdicas que foram próprias da classe operária. O desporto, na sua forma institucionalizada burguesa, regula, absorve e elitiza umha série de jogos que no passado formabam parte da vida quotidiana da classe trabalhadora. Através da criação de federaçoms, associaçoms, clubes e empresas, o capital apropriou-se destas práticas, retirando o controlo obreiro à classe operária sob espaços de socializaçom e de lazer fundamentais. Este processo estabeleceu umha nova barreira de classe para o acesso e desfrute do desporto. Ademais, o estado capitalista converte o desporto numha ferramenta para consolidar o patriotismo e encenar a sua estabilidade e legitimidade. No plano internacional, eventos como os Jogos Olímpicos funcionam como mecanismos de reforço da identificaçom nacional e competência contra os demais.

De jeito semelhante, a reaçom política consegue veicular hoje boa parte das instituçoms desportivas. Este feito traz consigo a utilizaçom do desporte como medio para a reproduçom dos valores tradicionais, de diversas formas de opressom e do conseguinte reforço da ofensiva antiproletária que se deriva de este processos.

A atividade física nom deve considerar-se um fim em sim mesma. Porem, pode chegar beneficios reais como ferramenta para umha organizaçom eficaz no avanço do processo socialista, contribuindo a saúde e á capacidade de cooperaçom e resposta da classe trabalhadora. Compre promover formas alternativas de socializaçom, liberadas de atitudes competitivas insás e construídas em consonância com os interesses da classe trabalhadora.

Devemos conquistar o controlo sobre todos os âmbitos das nossas vidas. No caso do desporto, isto significa criar instituiçoms, ginásios e clubes desportivos geridos pola classe trabalhadora, que pulem pola expropriaçom e a fim do domínio empresarial e privado que a burguesia estabelece sob o desporto atual. Isto passa também pola despenalizaçom dos grupos de animaçom independentes e a luita contra a marginalizaçom e exclusom do proletariado no desporte, atualmente recrudescida no contexto de

mercantilização e institucionalização burguesa sob o que este é realizado.

3.2.13 Cultura e arte

A cultura e a arte são compreendidas na nossa sociedade como categorias mistificadas e neutras, resultado do exercício puro e livre do intelecto individual, e alheio às lógicas capitalistas. Com todo, os processos próprios do capitalismo e a sua tendência à especialização e tecnificação do trabalho contribuem, também no caso da arte e a cultura, à separação do produto respeito do seu produtor.

A arte não é, portanto, um espaço à margem das lógicas dominantes. Precisamos partir da análise da arte como mercadoria e do artista como produtor da mesma para compreender a sua função na sociedade capitalista. A arte não só apresenta uma finalidade sensorial ou estética, senão que cumpre uns fins determinados. Noutras palavras, a cultura no capitalismo é empregada pela burguesia para reforçar o seu domínio, valendo-se para isto das atribuições a-históricas, naturais e universais que adoto se lhe associam.

Como comunistas, temos que assinalar que a arte apresenta uma dupla condição: por uma banda, como produto ideológico da ordem dominante, orientado à naturalização da mesma; por outra parte, como potencial estratégia de emancipação.

A arte política a si mesma reduzida à aquela que amassa a miséria na que vive a classe trabalhadora. Isto deixa num segundo plano a proposta de uma alternativa política positiva e organizada contra a ordem burguesa. Assim pois, a nossa tarefa no plano cultural e artístico deve perseguir uma intervenção que acompanhe e impulse desde o seu campo o processo revolucionário.

As distintas expressões artísticas organizadas têm que conformar-se como meios propagandísticos pela causa socialista. De igual jeito, devemos agrupar e empregar as capacidades artísticas do proletariado não só para o desfrute estético, senão como parte de um projeto militante que faça delas uma ferramenta mais para a revolução. Esta compreensão opõe-se à mentalidade pequeno-burguesa e elitista que agrupa em boa parte dos

artistas, assim como também toda a forma de propriedade privada intelectual.

Finalmente, cabe assinalar que o desenvolvimento omnilateral dos indivíduos sociais, dentro do que se contém a possibilidade de desenvolver plenamente as qualidades artísticas individuais, dependem em ultima instancia da consecução plena da sociedade comunista.



**COORDINADORA
DA MOCIDADE
SOCIALISTA**

